



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPOS V – JOÃO PESSOA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

DAYANA RIBEIRO DORNELAS

**ENTRE O REAL E O VIRTUAL:
A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NA WEB**

JOÃO PESSOA/PB

2014

DAYANA RIBEIRO DORNELAS

**ENTRE O REAL E O VIRTUAL:
A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NA WEB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquivologia do Centro de de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharela em Arquivologia, 2013.2.

Orientador: Prof. Ms. Rodrigo Fortes de Ávila

JOÃO PESSOA/PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

D713e Dornelas, Dayana Ribeiro

Entre o real e o virtual [manuscrito] : a descrição arquivística na web / Dayana Ribeiro Dornelas. - 2014.

75 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia)
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Prof. Me. Rodrigo Fortes de Ávila, Departamento de Arquivologia".

1. Descrição arquivística. 2. Representação da Informação.
3. Arquivos públicos brasileiros. I. Título.

21. ed. CDD 025.3414

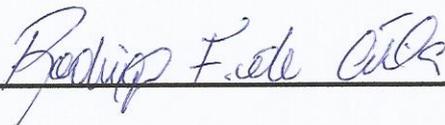
DAYANA RIBEIRO DORNELAS

**ENTRE O REAL E O VIRTUAL:
A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NA WEB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquivologia do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharela em Arquivologia.

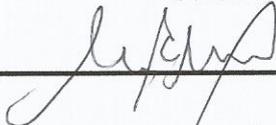
Aprovada em 26/02/2014

Banca Examinadora:



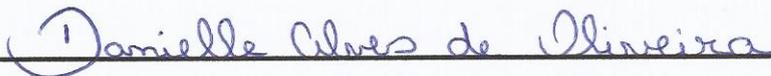
Prof. Ms. Rodrigo Fortes de Ávila

Orientador



Prof. Ms. Manuela Eugênio Maia

Examinadora



Prof. Ms. Danielle Alves de Oliveira

Examinadora

Aos estudantes de arquivologia e demais profissionais de arquivo que são apaixonados, assim como eu, pela prática de descrição em arquivos, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me ajudado em toda a minha trajetória acadêmica e por, através desse trabalho de conclusão de curso, estar finalizando uma etapa da minha vida e maiormente, estar concretizando a realização de um sonho.

A todos os professores do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, que pouco a pouco contribuíram para minha formação e para o desenvolvimento do meu intelecto.

Ao professor Rodrigo que me orientou neste trabalho. Foram muitos os obstáculos para chegarmos até aqui, mas, no tempo certo os vencemos e conseguimos concretizar esta pesquisa.

À minha família que, de forma direta ou indireta me ajudaram ao longo da minha trajetória na UEPB.

À Leonardo que, apesar das dificuldades que tive, sempre me incentivou a não desistir ingressar na Universidade. Também agradeço pela ajuda dada na elaboração do abstract para este trabalho.

À todos os meus amigos pessoais, que fizeram com que os meus horários livres fossem de muita descontração e alegria. Saudações em especial ao F.A.!

Aos meus colegas da turma 2009.1, alguns já arquivistas, outros na batalha como eu. Em especial ressalto o nome de Suellen, que me ajudou com sua experiência e aptidão na prática de escrita ainda na fase do projeto de pesquisa.

Enfim, todos estes citados significarão para mim como se fossem peças, que um dia irão se encaixar, e trarão resultados significantes para minha vida acadêmica e profissional.

Muito obrigada!

RESUMO

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) propiciam grandes mudanças no cotidiano dos indivíduos, sendo um dos meios mais relevantes de troca de informações. Não obstante, a informação arquivística também acompanha essa transformação, que traz profundas mudanças na transferência e uso da informação. A mais evidente delas é vista na web, no qual sites de instituições arquivísticas públicas aproveitam esse espaço para disponibilizar as informações de caráter descritivo aos seus usuários. Porém, muitas delas ainda não fazem bom proveito dessa ferramenta, seja por motivos peculiares ou pela falta de uma infraestrutura sólida de investimento Estatal. Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar a descrição arquivística nos sites dos arquivos públicos estaduais brasileiros. Para isso, foi verificadas as possibilidades de busca e recuperação da informação nos sites, seguindo os pressupostos teóricos, os parâmetros essenciais à eficácia, e, por fim, foi elaborada uma ficha descritivo-analítica com o intuito de fazer uma comparação da prática de descrição. A pesquisa classifica-se como empírica, com abordagem qualitativa e com tipologia descritivo-analítica. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se os critérios da observação sistemática com o auxílio de uma ficha elaborada com base na teoria arquivística. Os resultados evidenciam que a descrição nos sites dos arquivos públicos estaduais, em sua maioria, não atende aos parâmetros prescritos ao ambiente web. Sugere-se uma efetiva participação do Arquivo Nacional como agente coordenador de uma política pública voltada à descrição, com o intuito de proporcionar amplo acesso às informações arquivísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Descrição arquivística. Representação da Informação. Arquivos públicos brasileiros.

ABSTRACT

The Information and Communication Technology (ICT) provide major changes in individuals daily lives, being one of the most important means of exchanging information. Notwithstanding, the archival information also accompanies this transformation, that brings profound changes in the transfer and use of information. The most evident of these is seen on the web in which public archival institutions websites take advantage of this space to provide descriptive information to its users. However, many of them do not even make good advantage of this tool, either for peculiar reasons or lack of a solid infrastructure of State investment. Thus, this study aims to analyse the archival description on the websites of the Brazilian state public archives. Therefore, it was verified the possibilities of search and retrieval of information on websites following theoretical assumptions, the essential parameters to efficacy, and finally, it was elaborated a descriptive analytical record in order to make a comparison of the practical of description. The research is classified as empirical, with a qualitative approach and descriptive-analytical typology. As an instrument of data collection, the criteria of systematic observation was used with the assistance of a board prepared based on the archival theory archival. The results show that the description on the websites of state public records, mostly, does not meet the prescribed parameters to the web environment. It is suggested an effective participation of the National Archive as coordinating agent of a public policy focused on the description, in order to provide broad access to archival information.

KEYWORDS: Archival description. Representation of Information. Brazilian public Archives.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: As relações entre o usuário e a informação arquivística.....28

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição dos sites das instituições arquivísticas estaduais por região do Brasil em 2004 e 2009.....	34
Quadro 2: Possibilidades de busca e recuperação da informação nos sites.....	45
Quadro 3: Elementos para a avaliação da eficácia da informação.....	64
Quadro 4: Dados sobre as formas de recuperação da informação nos sites e levantamento dos parâmetros de eficácia, conforme teoria arquivística.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

AN - Arquivo Nacional

APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

APES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo

APM - Arquivo Público Mineiro

APP - Arquivo Público do Estado do Paraná

ARPA - Agência de Projetos de Pesquisas Avançadas

ARPANET - Advanced Research Projects Agency Network

ARPDF - Arquivo Público do Distrito Federal

CDS/CIA - Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos

CERN - Centre Européen Pour Resarche Nucleaire

CIA - Conselho Internacional de Arquivos

CND - Comitê de Normas de Descrição

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos

CTNDA -Câmara Técnica de Normas de Descrição Arquivística

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

EAD-TD - Padrão de Descrição Arquivística Codificada

EUA - Estados Unidos da América

HTML - Hypertext Mark up Language

HTTP - Hypertext Transfer Protocol

ISAAR (CPF) - Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística

ISAD (G) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

MARC - Machine Readable Catalogue

MILNET - Military Network

NCSA - National Center for Supercomputer Applications

NSFNET - National Science Foundation Network

NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística

SAA - Society of Americans Archivists

SIAAPM - Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação

URL - Uniform Recourse Locator

WWW - Word Wide Web

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
2.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	17
2.2	PROBLEMATIZAÇÃO.....	19
2.3	OBJETIVOS.....	21
2.3.1	Objetivo geral.....	21
2.3.2	Objetivo específico.....	21
2.4	UNIVERSO E AMOSTRAGEM.....	21
2.5	CAMPO EMRÍRICO.....	22
2.6	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	23
3	ARQUIVOLOGIA E INTERNET: POSSIBILIDADES E INTERAÇÕES.....	25
3.1	A INTERNET: UM BREVE HISTÓRICO.....	25
3.2	O IMPACTO DAS REDES ELETRÔNICAS NOS PRESSUPOSTOS ARQUIVÍSTICOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	27
3.3	A INTERNET COMO UM NOVO ESPAÇO DE TRANSFERÊNCIA E USO DA INFORMAÇÃO.....	29
4	OS ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIROS.....	32
4.1	HISTÓRIA E FUNÇÕES.....	32
4.2	OS SITES DOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	34
5	A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: DO AMBIENTE TRADICIONAL AO REMOTO.....	35
5.1	CONCEITOS E O PANORAMA DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO ÂMBITO MUNDIAL.....	35
5.2	PANORAMA DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO BRASIL.....	37
5.3	DOS MODELOS TRADICIONAIS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA ÀS NOVAS PERSPECTIVAS DE ESTUDO.....	38
6	ENTRE O REAL E O VIRTUAL: ANÁLISE DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS SITES DOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	44
6.1	EM BUSCA DOS DADOS: AS POSSIBILIDADES DE BUSCA E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS SITES DOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	44
6.2	ANÁLISE ESPECÍFICA: AVALIANDO A EFICÁCIA DA RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS SITES DOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	45
6.3	ANÁLISE GERAL: COMPARANDO A COMPLETUDE DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS SITES DOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	65
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69

REFERÊNCIAS.....	71
APÊNDICE.....	74
APÊNDICE A – FICHA ESTRUTURADA.....	75

1 INTRODUÇÃO

As práticas arquivísticas remontam às antigas civilizações, mais precisamente as civilizações gregas, nos séculos V e IV a.C. Guardavam-se documentos de ordem pública em locais seguros, para fins de prova dos atos dos governos. Estas práticas influenciaram, entre os séculos XIII e XIX, a reunião dos documentos de arquivo em um único local físico, com a intenção de salvaguardar o patrimônio documental (objetivos culturais) e de possibilitar a eficiência governamental (objetivos funcionais). (SCHELLENBERG, 2006).

As práticas descritivas têm sua origem na região da Mesopotâmia, datado de 1500 a. C., para o controle dos acervos arquivísticos. (ANDRADE; SILVA 2008). Na atualidade, a descrição documental está voltada para a representação da informação, condicionando o acesso aos usuários.

A descrição é um dos temas mais difundidos na Arquivologia, com várias publicações internacionais e nacionais. Porém diante dos avanços das tecnologias, têm-se uma abrangência desse tema – a descrição arquivística na web - inserida em uma nova realidade cujas novas demandas de informação surgem, sendo pouco estudadas de uma forma geral pelos pesquisadores.

Diante desses aspectos, percebemos a necessidade de aprofundamento dos estudos arquivísticos sobre descrição, na tentativa de acompanhar esta transformação. O objetivo principal deste trabalho é analisar a descrição arquivística no ambiente informacional da web. Para isso, realizamos um mapeamento dos instrumentos de pesquisas e mecanismos de busca existentes nos sites dos arquivos públicos estaduais e do Distrito Federal.

Posteriormente, foi feita uma comparação entre a completude dos sites no que tange à recuperação da informação, para em seguida avaliar a eficácia dos instrumentos de pesquisa e campos de busca contidos nos sites. Para o alcance de tais objetivos fizemos uma observação de forma sistematizada, inspirada em critérios da teoria arquivística. O trabalho aconteceu entre os meses de novembro de 2013 e fevereiro de 2014.

Vale ressaltar que a pesquisa parte da seguinte hipótese: a descrição arquivística nos sites dos arquivos públicos estaduais não corresponde aos parâmetros elementares indicados na área. Foram utilizados como referências alguns estudiosos, a exemplo de Mariz (2012), Jardim (1999), Conarq (2006) no

âmbito nacional, e Fox (2007), Cook (2007) e Bruebach (2007), no foro internacional.

Diante das leituras e da experiência acadêmica, compreendemos a necessidade de realização desta pesquisa. Inicialmente, a temática surge em sala de aula com a discussão do artigo intitulado: “Arquivos Públicos Brasileiros: Análise da evolução da transferência da informação arquivística na internet”, de Mariz (2011). Fizemos um estudo deste texto com observações e reflexões acerca dos dados expostos. Percebemos a necessidade de aprofundamento, com vistas a trazer novas observações acerca da transferência da informação.

A partir dessa atividade a seguinte indagação surgiu: como seria feita a descrição arquivística nesse novo espaço informacional? Pois é através desse trabalho elaborado pelo arquivista que se torna possível ao usuário ter acesso às informações. A partir desse momento nasce um tema e uma questão de pesquisa. Nesta disciplina elaboramos um artigo sobre a temática, tendo aí o surgimento do “embrião” desta pesquisa.

Para a Arquivologia, este trabalho é importante porque contribuiu para o avanço dos estudos local e nacionalmente no que diz respeito à descrição arquivística e sobre as possibilidades de recuperação da informação na web.

Para a sociedade, esse estudo teve uma importância significativa, pois será possível o reconhecimento da existência dos arquivos públicos também na internet, pois muitas vezes as pessoas não têm esse conhecimento, que é importante no sentido de facilitar o acesso e de fazer com que os indivíduos se sintam mais motivados em buscar informações, sem sair de suas residências.

Esta pesquisa também tem uma importância pessoal, trazendo uma verticalização dos estudos de Mariz, (2011), que se deteve a discutir a transferência e uso da informação na internet, notadamente nos sites dos arquivos públicos brasileiros. Em contrapartida, tal estudo não contempla outros aspectos deste processo, como a análise da descrição arquivística e das novas demandas surgidas pelos usuários diante dessa realidade.

O trabalho é composto de sete capítulos, sendo que o primeiro refere-se a introdução, e o sétimo consta as considerações finais. Os demais capítulos estão distribuídos da seguinte forma:

O segundo capítulo discute a metodologia adotada durante todo o trabalho, na intenção de dar sentido a pesquisa e alcançar os objetivos que foram traçados.

O terceiro capítulo faz um breve histórico do surgimento e desenvolvimento da internet, relacionando-o com os pressupostos arquivísticos, para depois trazer considerações acerca da transferência da informação na Internet.

O quarto capítulo traz um breve histórico do surgimento dos arquivos públicos no Brasil, bem como as funções que exerce na sociedade. Após esse momento, é mostrado um levantamento dos sites dos arquivos públicos brasileiros estaduais existentes na internet, bem como as suas possibilidades de recuperação da informação.

O quinto capítulo traz alguns conceitos e o panorama da descrição arquivística no âmbito brasileiro e mundial. Em seguida, é feita algumas considerações acerca da descrição arquivística frente à realidade, trazendo à tona as novas perspectivas.

O sexto capítulo mostra-nos os dados coletados da amostra, para analisá-los de acordo com os parâmetros estabelecidos para este estudo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A caracterização da pesquisa é a etapa que consiste em sistematizar o estudo a ser realizado, tomando como base o tipo de pesquisa, sua classificação e sua abordagem.

No tocante à abordagem qualitativa, Martins e Theóphilo (2009), afirmam que através da pesquisa qualitativa é possível ao mesmo tempo coletar e analisar dados, enquanto que na abordagem quantitativa essas etapas acontecem em momentos distintos. Podemos afirmar que esta é uma grande vantagem da abordagem qualitativa, pois o processo de pesquisa torna-se mais interativo, evitando a perda de informações que possam ser relevantes para o objeto de estudo.

Ao longo do processo de coleta e ao seu final, geralmente, nos estudos qualitativos, são construídas categorias descritivas, cuja base inicial de conceitos poderá se dar a partir da plataforma teórica de investigação, e nos casos em que não se dispõe de referencial o pesquisador terá o desafio intelectual de definir categorias que possam sintetizar/agrupar conceitos e variáveis que ajudem a compreensão do fenômeno sob investigação. (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 140).

Existe outra modalidade de abordagem de pesquisa que também pode ser utilizada nas ciências sociais. O método quantitativo faz a mensuração de dados, buscando relações de causa e efeito. Sendo assim, Richardson (2011, p. 70) diz que:

O método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coletas de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, médias, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.

Considerando que a escolha do método ou abordagem de pesquisa se dá por meio da apropriação do problema, escolhemos trabalhar neste estudo a abordagem qualitativa. Acredita-se que para ser feita uma análise da descrição arquivística na Internet é preciso se submeter aos aspectos inerentes a esse tipo de abordagem e que já foram discutidos acima.

Quanto à classificação, a pesquisa pode se desdobrar em três modalidades: pesquisa teórica, empírica e experimental.

A pesquisa teórica implica estudos voltados para a defesa e construção de teses que ainda não foram comprovadas. Martins e Theóphilo (2009, p. 27) explicam isso dizendo que:

Dentro do contexto da pesquisa, as teorias orientam a busca dos fatos, estabelecem critérios para a observação, selecionando o que deve ser observado como pertinente para testar hipóteses e buscar respostas às questões de uma dada pesquisa.

Quanto à pesquisa experimental, Gil (2002, p. 48) argumenta que “consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto.” Uma de suas principais características é a possibilidade que existe em testar hipótese e as relações entre suas variáveis.

Sobre a pesquisa empírica, na literatura percebemos uma falta de padronização dos conceitos. Na maioria das vezes a classificação empírica é nomeada de *estudos de campo* ou *pesquisas de campo*. Gil (2002, p. 153), traz o seguinte conceito para pesquisa de campo:

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo.

Portanto, este estudo foi de natureza empírica, no qual a coleta e análise dos dados foram feitas nos sites dos arquivos públicos estaduais. Esta escolha se deu pelo fato de que esta classificação está de acordo ao objetivo geral e aos específicos que serão explicitados adiante.

No que se refere aos vários tipos da pesquisa, temos inúmeras possibilidades. Rodrigues (2007) elenca algumas:

- **Pesquisa exploratória:** pesquisa cuja finalidade é descortinar o tema, reunir informações gerais a respeito do objeto;
- **Pesquisa analítica:** estudo minucioso, voltado para detalhes;

- **Pesquisa descritiva:** estudo que apresenta informações, dados dizendo o que ele é, do que se compõe, em que lugar está localizado no tempo e no espaço”;
- **Pesquisa explicativa:** busca relações do tipo causa e efeito;
- **Pesquisa compreensiva:** busca o significado da ação social observada, constituindo-se em um exercício de hermenêutica.

Quanto ao tipo, escolhemos trabalhar nesta pesquisa a modalidade descritivo-explicativa. Pretende-se através desse método trazer uma contribuição com vistas a compreender (por meio da análise) e explicar (através dos dados obtidos), como se dá a descrição arquivística no ambiente web a partir das observações constatadas nos sites. Para este alcance foram utilizadas publicações impressas e virtuais, artigos, TCC e dissertações, além dos próprios sites dos arquivos públicos estaduais, nos quais foram os objetos de análise desse estudo.

2.2 PROBLEMATIZAÇÃO

As TIC trouxeram intensas mudanças políticas, sociais e econômicas, além de interferir diretamente no cotidiano das pessoas, seja no seu trabalho ou em suas relações pessoais. Por meio desse novo modo de transmissão, é possível ter acesso aos mais variados conteúdos. Com o advento da Internet, o fluxo informacional é intenso e dinâmico, permitindo que o receptor se inteire com a informação de forma direta, sem intermediários.

A informação e a internet podem ser consideradas como dois elementos que caminham juntos, revolucionando a forma de pensar e agir da humanidade. A junção desses elementos nos leva à ideia da *sociedade em rede*, na qual Castells (1999), discute as diversas implicações que as tecnologias da informação trazem à sociedade.

Com base nessa realidade, a Arquivologia toma novos rumos e supera conceitos que até então eram secularizados. O discurso de que o seu objeto de estudo é o arquivo e o documento de arquivo dá espaço para outras possibilidades. Segundo Fonseca M. (2005, p. 59), “O objeto da arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, desloca-se do “arquivo” para a “informação arquivística”, ou “informação registrada orgânica” [...]”. Sendo assim, a web torna-se o espaço de

uso e transferência da informação, não precisando mais necessariamente o usuário se deslocar fisicamente ao arquivo. A internet também possibilita que as instituições arquivísticas possam dar maior visibilidade ao que é oferecido aos cidadãos, legitimando o que lhes é de direito.

Em pesquisa, anteriormente realizada por Mariz (2011), constatou-se que tem sido crescente o número de instituições arquivísticas na internet. Aparentemente, esse fator mostra um grau de progresso no que diz respeito ao acesso à informação. Porém, deve-se observar um elemento-chave: as informações arquivísticas precisam estar tratadas antes de estarem dispostas, pois, se assim não acontecer, trará um bloqueio entre o usuário e a informação que se deseja buscar.

Para Nougaret (1999) (*apud* OLIVEIRA, 2012, p. 50), a descrição é “a apresentação intelectual e material de uma unidade arquivística, elaborada por meio de uma identificação exata e única, que explica o contexto de origem e que permite a exploração administrativa ou histórica”. Pode-se afirmar que a descrição arquivística é a função apropriada para representar e disponibilizar o conteúdo informacional dos arquivos, seja em meio físico ou virtual.

A informação arquivística na internet é um tema que ainda não possui muitos desdobramentos. No Brasil, destacam-se os trabalhos de Mariz (2012) e Jardim (1999). O primeiro faz um estudo minucioso de como está sendo realizada a transferência da informação arquivística na internet, analisando diversos aspectos referentes aos sites das instituições públicas. Já o segundo surge com a temática em uma mesa redonda promovida em 1999 pelo Arquivo Nacional, no qual apresenta vários questionamentos, diretrizes e ações futuras, resultando no documento publicado do Arquivo Nacional intitulado “Diretrizes Gerais para a Construção de Web sites de Instituições Arquivísticas”, Conarq (2000). Ainda pode-se citar a pesquisa de Ohira (2003) que aborda a adoção de critérios para a avaliação dos conteúdos dos sites dos arquivos públicos estaduais.

Baseado em todos os argumentos exposto, o objetivo maior desta pesquisa é analisar a descrição arquivística nos sites dos arquivos públicos estaduais e do Distrito Federal. Para conseguir tal objetivo, foram desenvolvidos estudos aplicados que trarão resposta (s) à questão de pesquisa e hipótese pensadas. Com base no que foi anteriormente explicitado, almeja-se responder à seguinte questão: como se realiza a descrição arquivística nos sites dos arquivos públicos estaduais?

2.3 OBJETIVOS

2.3.1 Geral

Analisar a descrição arquivística nos sites dos arquivos públicos estaduais e do Distrito Federal.

2.3.2 Específicos

- Identificar as possíveis formas de recuperação da informação;
- Avaliar, individualmente, a eficácia da recuperação da informação;
- Comparar a completude da descrição arquivística nos sítios eletrônicos.

2.4 UNIVERSO E AMOSTRAGEM

Para a execução de uma pesquisa de caráter empírico, faz-se necessária a escolha do universo de pesquisa, bem como a delimitação do que foi estudado. Basicamente, o universo ou população é formado por um grupo de elementos que possuem características em comum. Ou ainda, como afirmam Martins e Theóphilo (2009, p. 118), “o conceito de população é intuitivo. Trata-se do conjunto de indivíduos ou objetos que apresentam em comum determinadas características definidas para o estudo.”.

Portanto, esta pesquisa considerou como universo os sites dos arquivos públicos brasileiros. Podemos afirmar que um dos motivos pelos quais tivemos essa escolha foi com base no último conceito citado, no qual entende que um universo possui elementos com características em comum.

Vale salientar ainda a necessidade percebida de uma verticalização do estudo sobre transferência da informação arquivística na internet, na qual Mariz (2011) faz uma análise detalhada sobre esse processo no ambiente web. Então, percebemos a importância de nesta pesquisa analisar um aspecto importante desse processo, que é o estudo de como é feita a descrição arquivística neste ambiente.

Com base no conceito de universo ou população é possível se pensar na amostragem da pesquisa. Marconi e Lakatos afirmam (2008, p. 165):

Nem sempre há possibilidade de pesquisar todos os indivíduos do grupo ou da comunidade que se deseja estudar, devido à escassez de recursos ou à premência do tempo. Neste caso, utiliza-se o método da amostragem, que consiste em obter um juízo sobre o total (universo), mediante a compilação e exame de apenas uma parte, a amostra, selecionada por métodos científicos.

Nesta pesquisa, a amostra foi representada pelos sites dos arquivos públicos estaduais e o Distrito Federal. A amostragem escolhida foi a não probabilística do tipo intencional ou de seleção racional. “Os elementos que formam a amostra relacionam-se intencionalmente de acordo com certas características estabelecidas no plano e nas hipóteses formuladas pelo pesquisador.” (RICHARDSON, 2011, p. 161). Logo, este tipo de amostragem foi selecionado com a intenção de comprovar a hipótese pensada e de alcançar o objetivo geral e os específicos, pois por fazerem parte do mesmo âmbito de atuação possuem certas características em comum.

2.5 CAMPO EMPÍRICO

Em pesquisa mais recente, realizada por Mariz (2012), foi constatado que existe no total 47 instituições arquivísticas na internet, porém apenas 26 são reconhecidas como sites, os quais são: um nacional, nove estaduais e dezesseis municipais. Hoje, constata-se que o número de sites de arquivos estaduais caiu para oito.

Vale destacar que há uma diferenciação do que seja site e página. Unesp 2000 (*apud* Mariz 2012) faz essa distinção afirmando que “site (literalmente ‘sítio’) é o conjunto de documentos de uma localidade ou instituição, formatados em html, colocados à disposição dos usuários na internet [...] página web ou simplesmente página, é qualquer documento formatado em html de um site ou servidor.

Portanto, o presente trabalho terá como objeto de pesquisa os sites dos arquivos públicos estaduais, que são:

- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ);¹
- Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP);²
- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APES);³

¹Endereço eletrônico: <http://www.aperj.rj.gov.br/>

²Endereço eletrônico: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>

- Arquivo Público Mineiro (APM);⁴
- Arquivo Público do Distrito Federal (ARPDF);⁵
- Arquivo Público do Paraná (APP);⁶
- Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC);⁷
- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS);⁸

Podemos considerar que estes sítios eletrônicos são um verdadeiro universo de informações de natureza arquivística. Desde documentos digitalizados e disponibilizados *online*, fotografias e até instrumentos de pesquisa e campos de busca avançados são encontrados nesses ambientes.

2.6 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para que uma pesquisa empírica seja executada é fundamental a utilização de técnicas de coleta de dados que se adaptem aos seus objetivos. Após a coleta foi feita a análise dos dados obtidos e, assim, tornou-se possível alcançar os resultados pretendidos.

De acordo com Richardson (2011, p. 189), “existem diversos instrumentos de coleta de dados que podem ser utilizados para obter informações acerca de grupos sociais.”. Sendo assim, os três principais instrumentos de coleta de dados são: questionário, entrevista e observação. Neste trabalho foi adotado o método da observação que segundo Richardson (2011), consiste na verificação do fenômeno a ser estudado. Deve ser sistematizada para que não se confunda com um simples olhar sobre determinado objeto. Ela pode ser: Observação não participante: o pesquisador não se inclui ao objeto de estudo, apenas o observa sem estar inserido ao meio; observação participante: o investigador se inclui em seu campo de estudo, tornando-se agente ativo na sua pesquisa; observação assistemática: o pesquisador ficará livre de outros instrumentais estruturados anteriormente e

³Endereço eletrônico: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>

⁴Endereço eletrônico: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>

⁵Endereço eletrônico: <http://www.arpdf.df.gov.br/>

⁶Endereço eletrônico: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>

⁷Endereço eletrônico: http://www2.sea.sc.gov.br/arquivo_publico/default/default.htm

⁸Endereço eletrônico: <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php>

observação sistemática: a estrutura será determinada previamente, por meio de categorias de análise.

Nesta pesquisa, escolhemos trabalhar com a observação do tipo sistemática. Para tal pretensão, pretendemos elaborar uma ficha estruturada, contendo categorias de análise que permitam trazer informações que serão retiradas dos sites, para que sejam feitas observações e comparações de como é elaborada a descrição arquivística, bem como a eficácia ou não da recuperação da informação. A elaboração desta ficha será de suma importância para o alcance da objetividade e precisão no momento de coleta e análise dos dados.

3 ARQUIVOLOGIA E INTERNET: POSSIBILIDADES E INTERAÇÕES

3.1 A INTERNET: UM BREVE HISTÓRICO

O surgimento e o desenvolvimento da internet é um processo que se dá de maneira gradativa. Tem seu início nas últimas décadas do século XX, em meio a desavenças militares entre os Estados Unidos e União Soviética. A Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA), do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, foi o grande impulsionador dessa nova tecnologia, lançando ideias ousadas e favorecendo a chegada da chamada Era da Informação. Nas palavras de Castells (1999, p. 82-83):

A primeira rede de computadores que se chamava ARPANET – em homenagem a seu poderoso patrocinador – entrou em funcionamento em 1º de setembro de 1969, com seus quatro primeiros nós na Universidade da Califórnia em Los Angeles, no Stanford Research Institute, na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara e na Universidade de Utah.

Mais tarde, no ano de 1983 a ARPANET sofre uma divisão – a MILNET – com fins militares e a ARPANET empenhada para fins científicos. “A rede das redes que se formou durante a década de 1980 chamava-se ARPA-INTERNET, depois passou a chamar-se INTERNET, ainda sustentada pelo Departamento de Defesa e operada pela National Science Foundation.” (CASTELLS, 1999, p. 83).

Em 1990, a ARPANET encerra as suas atividades, dando lugar para a NSFNET, operada pela National Science Foundation. Contudo, alguns anos depois, em 1995, “as pressões comerciais, o crescimento de redes de empresas privadas e de redes cooperativas sem fins lucrativos levaram ao encerramento dessa última espinha dorsal, pronunciando a privatização da internet.” (CASTELLS, 1999, p. 83).

Após a privatização, várias iniciativas foram implementadas na intenção de manter a rede em funcionamento. Com o passar dos anos surge a necessidade de ampliar os horizontes que a internet até então alcançara, no qual foi chamado de uma contracultura. A primeira evolução nesse sentido foi a criação do *modem* em 1978, elemento importante para a criação de sistemas que pudessem fazer a transferência de dados. No ano seguinte os mesmos inventores do modem

divulgaram o protocolo *XModem* que permitia a transferência diretas de arquivos entre computadores sem a necessidade de passar por um sistema principal.

Mais adiante Castells (1999, p. 87) ressalta a seguinte afirmativa:

Em fins da década de 1980, alguns milhões de usuários de computador já estavam usando as comunicações computadorizadas em redes cooperativas ou comerciais que não faziam parte da Internet. Em geral, essas redes usavam protocolos que não eram compatíveis entre si, portanto, adotaram os protocolos da Internet, mudança que, na década de 1990, garantiu sua integração com a Internet e, assim, a expansão da própria Internet.

No tocante a essa expansão dita por Castells, ressalta-se a invenção da World Wide Web (WWW) em 1990, tornando os sítios da Internet mais fáceis de serem localizados e oferecendo aos usuários um sistema com pesquisas mais fáceis de serem realizadas.

A partir da criação da WWW outras idéias foram criadas e implementadas mais adiante. Uma equipe de pesquisadores do Centre Européen pour Recherche Nucleaire (CERN) criou um formato para documentos em hipertexto – o *hypertext mark-up language* (HTML) – para que houvesse uma adaptação de linguagens específicas entre os computadores. Ainda esta mesma equipe viabilizou o *hypertext transfer protocol* (HTTP) e o *uniform recourse locator* (URL). O HTTP tinha o objetivo de orientar a comunicação entre programas navegadores e servidores WWW, e o URL combina informações sobre o protocolo do aplicativo e sobre o endereço do computador que contém as informações solicitadas.

Em 1992, é criado o primeiro navegador da *Web*, elaborado por Marc Andreessen, estudante universitário da *National Center for Supercomputer Applications* (NCSA). O navegador foi chamado de Mosaic, criado primeiramente para funcionar em computadores pessoais, e, em 1993 foi disponibilizado gratuitamente na *Web* no NCSA.

Portanto, com base nesse sucinto histórico percebe-se que a criação da Internet veio refletir de maneira significativa na evolução tecnológica, trazendo inúmeros benefícios, notadamente no que diz respeito à evolução da transmissão de dados.

3.2 O IMPACTO DAS REDES ELETRÔNICAS NOS PRESSUPOSTOS ARQUIVÍSTICOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As redes eletrônicas constituem-se como a grande alavanca para o intercâmbio de informações das mais variadas naturezas. Inicia-se com “redes locais e redes regionais conectadas entre si, e começou a se expandir para qualquer lugar onde houvesse linhas telefônicas e computadores munidos de modem.” (CASTELLS, 1999, p. 376).

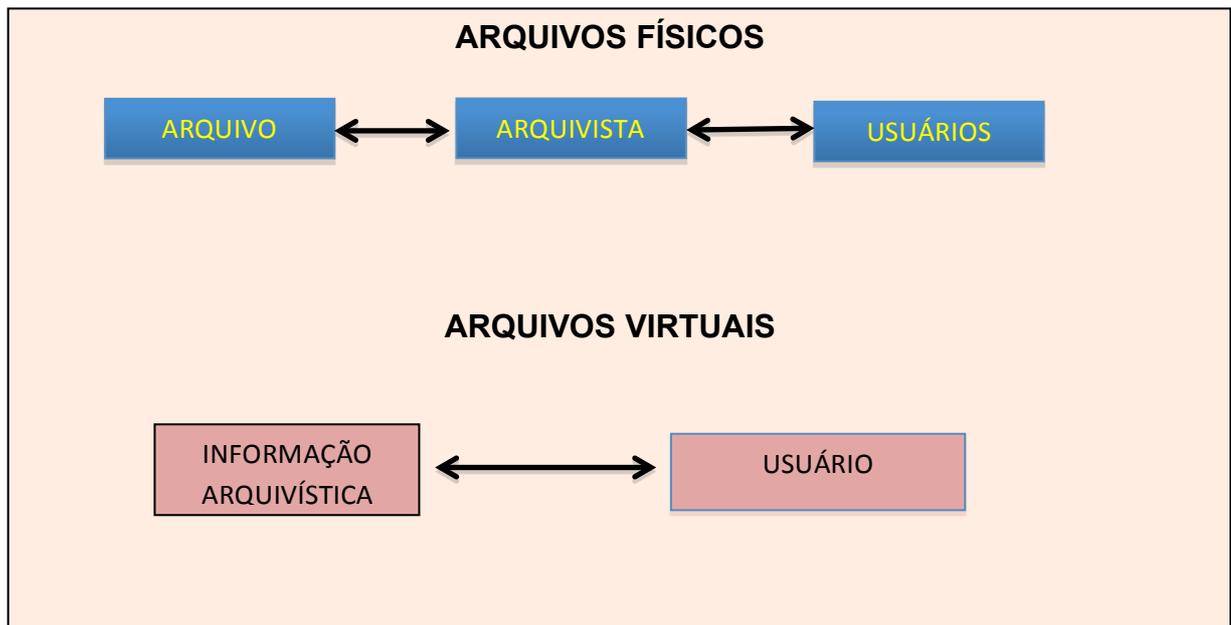
A Internet, ou ainda como é conhecida, “a rede das redes”, conforme Henning (1993) (*apud* MARIZ, 2012), “é um enorme sistema de informação integrado por redes de computadores, proporcionando a todos que a ela estão interligados uma gama de recursos e serviços de informações.” Hoje, essa rede exerce um papel de meio de comunicação de massas.

As redes eletrônicas são instrumentos capazes de compartilhar recursos entre vários pontos de um determinado grupo de usuários, fazendo com que haja uma otimização no processo de troca de dados ou informações.

Uma das ideias principais da rede eletrônica é que a informação pode seguir caminhos variados para chegar a seu destino, ou seja, se um ou mais pontos não estão disponíveis, outros serão utilizados. Se uma parte da rede se encontra impossibilitada de funcionar, isso não inviabiliza a rede toda; ela opera com os nós possíveis. [...] A rede não tem início, fim nem centro. (MARIZ, 2012, p. 81-82)

Diante dessas transformações tecnológicas, percebe-se que as práticas arquivísticas sofrem verdadeiras mudanças, como ressalta Rondinelli (2005, p. 24): “[...] o avanço tecnológico mudou radicalmente os mecanismos de registro e de comunicação da informação nas instituições e, conseqüentemente, seus arquivos também mudaram.” Um desses impactos que vale destacar é o que diz respeito ao modo de transferência da informação. “Ao consultar os acervos na rede, o pesquisador não tem mais que se submeter às regras que as instituições determinam para a consulta no local. [...]. É preciso estabelecer conexões.” (MARIZ, 2012, p. 82). Portanto, nesse aspecto o usuário tem contato com a informação de maneira direta, sem intermédio do arquivista. Essa relação pode ser observada na figura que se segue:

FIGURA 1: As relações entre o usuário e a informação arquivística



Fonte: Elaboração própria (2014).

Essa perspectiva demonstra a ideia lançada por Jardim (1999), em mesa redonda promovida pelo Arquivo Nacional, no qual pontua algumas mudanças que as tecnologias da informação estão trazendo para o universo dos arquivos.

- “As atuais tecnologias da informação fomentam um 'espaço virtual' com funcionamento e características próprias que produzem novas configurações de produção, fluxo e acesso à informação;
- A Internet é um não-lugar, um fluxo multimídia incessante, rompendo com a linearidade da escrita e tendo como principais características a mutação e a multiplicidade;
- O conceito de "lugar" torna-se secundário para o profissional da informação e para os usuários;
- **Onde** a informação se encontra não é o mais importante e sim o **acesso à informação**;
- A ênfase na gestão da informação desloca-se do acervo para o **acesso**, do estoque para o **fluxo da informação**, dos sistemas para as **redes**;"[...] (JARDIM, 1999, p.1).

Com esses argumentos expostos, nota-se que realmente os arquivos passam a tomar uma nova tendência, na qual a informação arquivística é o novo elemento a ser considerado, deixando para trás a ideia de arquivos ligados a um suporte físico.

Vale ressaltar que o advento dos arquivos na Internet não pressupõe a inexistência desse profissional. Os acervos disponibilizados na internet significam apenas uma ampliação das possibilidades de acesso à informação, que antes se restringia à ida do usuário ao arquivo ou instituição. Pelo contrário, segundo Jardim (1999, p. 3):

Os profissionais da informação terão que reavaliar as teorias e os princípios sob os quais as instituições de documentação têm operado. Esse processo de adaptação afeta diversos aspectos, como por exemplo as áreas física, intelectual, organizacional, e o perfil profissional das instituições de informação.

Neste mesmo sentido de mudança, afirma Fonseca (2005, p. 62): “as instituições arquivísticas deixarão de ser o lugar onde os usuários vão obter informações para serem provedores de acesso remoto, via internet, a milhares de sistemas arquivísticos interligados”.

Diante dessa revolução, não só os arquivistas, mas todos aqueles que trabalham com a informação terão que se adequar rapidamente a esses fatos, ou se não eles serão “engolidos” pelas informações conectadas via redes.

3.3 A INTERNET COMO UM NOVO ESPAÇO DE TRANSFERÊNCIA E USO DA INFORMAÇÃO

Como dito anteriormente, a Internet constitui-se como o novo ambiente informacional, cuja dinâmica e multiplicidade são realidades eminentes à qualquer área a que se destina a informação. No tocante aos arquivos, esse recurso constitui-se como a grande alavanca da contemporaneidade, superando e reforçando as perspectivas de acesso aos conteúdos.

Torna-se um grande desafio às instituições arquivísticas se adaptarem a esse novo modo de transmissão e uso da informação. Muitas limitações por vezes se somam, como a falta de recursos humanos e financeiros, deixando a desejar o que deveria se constituir em um serviço eficaz.

Reforçando o que acabou de ser dito, observa-se a fala de Mariz (2012, p. 62):

A disponibilização de acervos arquivísticos na rede apresenta muitas vantagens: facilitar o acesso, atingir um público maior, ampliar o atendimento aos pesquisadores, **permitir pesquisa** (grifo nosso), aumentar a divulgação, entre outras. Cabe, portanto, recorrer a elas.

As instituições arquivísticas públicas na internet têm crescido em número considerável nos últimos anos. Em pesquisa realizada por Jardim (1999), no ano de 1996, existiam apenas três instituições arquivísticas na internet, ao passo que o mesmo autor identifica o registro de treze instituições arquivísticas públicas em 1999, representando um aumento de cerca de 300% em relação à pesquisa anterior.

Pesquisas posteriores refletem um número sempre crescente de sites/páginas de instituições arquivísticas. Porém, esse quadro de evolução não significa que a informação encontra-se, em sua totalidade, acessível. Muitas vezes os arquivos públicos não têm seus acervos tratados e os sites dessas instituições não conseguem disponibilizar as informações de natureza arquivística.

Nesta perspectiva, parte-se do pressuposto que os sites das instituições arquivísticas devem refletir fielmente a realidade da sua organização física, pois como afirma Mariz (2012, p. 106-107),

Se ela (a instituição arquivística) não tem boa estrutura para atender de maneira presencial, tais como acervo devidamente tratado, pessoal qualificado para tratamento do acervo e atendimento ao público, instrumentos de pesquisa, não vai poder oferecer condições diferentes no plano virtual.

Pode-se dizer que uma das maiores vantagens da disponibilização de acervos arquivísticos na internet é a facilidade de acesso, atingindo os mais diversificados públicos. Outra vantagem que vale salientar é a visibilidade que o arquivo terá perante a sociedade, pois com informações sobre seus serviços ou até mesmo os próprios produtos oferecidos *online* trará uma boa imagem e motivação para que as pessoas possam conhecer a história e buscar informações.

O acesso intelectual à informação arquivística é um tema também tratado por Jardim (1999), no qual ele defende a ideia que não se pode ter acesso intelectual dos documentos sem mecanismos eficientes de busca e recuperação da

informação. Portanto, acredita-se que o acesso intelectual é proporcionado à medida que se tem instrumentos de representação da informação.

Neste sentido, afirma Jardim (1999, p. 11), “cabe às instituições arquivísticas e seus profissionais adquirirem e ampliarem sua competência para exploração de recursos na internet, de maneira a utilizar adequadamente os seus serviços básicos e ferramentas.” E nesse mesmo diapasão afirma Mariz (2012, p. 65): “[...] torna-se necessário o desenvolvimento de mecanismos que possibilitem uma utilização otimizada dos recursos disponíveis.”

No ano de 2000, temos uma publicação que se tornou referência sobre o tema de arquivos públicos na internet, com a publicação do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ: “Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas.” Este documento traz uma importante observação:

O *website* de uma instituição arquivística deve ser visto como um instrumento de prestação de serviços – dinâmico e atualizável – e não simplesmente como a reprodução de um folder institucional. Trata-se, na verdade, de um espaço virtual de comunicação com os diferentes tipos de usuários da instituição a ser gerenciado como parte da política de informação da instituição. Dado o potencial e as características da Internet, este espaço, além de redefinir as formas de relacionamento com os usuários tradicionais, poderá atrair outros que, por várias razões, difícil ou raramente procurariam o Arquivo como realidade física. (CONARQ, 2000, p.3)

Com base nessa afirmação, acredita-se que a finalidade principal da criação de websites para instituições arquivísticas está na possibilidade de ampliação da difusão de seus produtos e serviços, dando-lhe visibilidade e transparência, visto que a internet hoje tem se tornado o mecanismo de pesquisa mais utilizado pelos indivíduos.

4 OS ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIROS

4.1 HISTÓRICO E FUNÇÕES

Os arquivos públicos, seja na esfera estadual ou municipal, são os órgãos responsáveis por salvaguardar o seu patrimônio documental, além de promover acesso aos cidadãos e preservação aos documentos.

O surgimento dos arquivos públicos no Brasil inicia-se com a criação do Arquivo Nacional em 1838. Órgão que hoje é vinculado ao Ministério da Justiça, e que tem por finalidade implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País, garantindo pleno acesso à informação.

Ainda, este mesmo órgão, visa apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.⁹

A realidade dos arquivos públicos brasileiros já foi relatada por diversas ocasiões e por estudiosos diferentes. Nessas observações, sempre foi constatada a fragilidade no tocante a vários aspectos como problemas de gestão, falta de uma ligação efetiva ente os arquivos e as administrações públicas em sua esfera de competência, causando problemas de acesso às informações governamentais. Isso se deu principalmente pelas raízes históricas pelas quais surgem e se mantêm por muitos anos o Arquivo Nacional. Reforçando o que foi dito acima, Kecskeméti (1988) (*apud* MARIZ, 2012), confirma em um de seus relatos: “Formou-se, assim, um círculo vicioso: incapaz de demonstrar sua finalidade, os arquivos não recebem recursos financeiros suficientes, e, por esse motivo, não conseguem tornar-se úteis.”

Apenas na década de 1980, o Arquivo Nacional passa por um processo de modernização, otimizando suas funções perante o Estado e ao público em geral, promovendo debates acerca da criação de lei de arquivos, que em 1991 ganhou espaço na legislação brasileira.

⁹ Informações retiradas da página do Arquivo Nacional. Endereço eletrônico: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>

Mesmo com suas dificuldades e limitações ao longo dos anos, o Arquivo Nacional foi a base para o surgimento também dos arquivos públicos no âmbito estadual. “No caso dos arquivos públicos estaduais, 20% foram criados no século XIX, 27% na primeira metade do século XX e 46% na segunda metade.” Côrtes (1996) (*apud* MARIZ, 2012).

As limitações citadas anteriormente sobre o patrimônio arquivístico em nível federal se alastram para os arquivos estaduais e municipais. Longe de abranger políticas voltadas para o acesso, os arquivos públicos brasileiros foram objetos de estudos por Fonseca (1996), na esfera dos municípios, e no mesmo ano na esfera estadual outra pesquisa realizada por Côrtes (1996). As duas pesquisas constataam problemas semelhantes, fruto de uma tradição arraigada ao longo dos anos pela esfera federal, ou seja, pelo próprio Arquivo Nacional.

Diante de todos esses problemas levantados, mais do que nunca as discussões acerca da criação de um dispositivo legal que regulamente os arquivos toma espaço, resultando na criação da Lei nº 1.859, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados, e dá outras providências. Segundo a Lei, BRASIL (1991, arts. 1º e 7º):

É dever do Poder Público a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. [...] É dever do Poder Público a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Apesar da existência da lei há mais de vinte anos, é possível ainda falar nas limitações no tocante ao acesso às informações governamentais. A lei está consolidada, porém os velhos problemas persistem. Como claramente afirma Silva (1999) (*apud*, MARIZ, 2012): “Há uma distância muito grande entre o preceito da lei e a prática dos arquivos, tanto os de gestão quanto os históricos.”

Esta breve análise da situação arquivística no âmbito das três esferas governamentais foi necessária se discutir a questão das informações arquivísticas em seus respectivos sítios eletrônicos, cuja situação não é muito distinta dos desafios que os arquivos físicos enfrentam.

4.2 OS SITES DOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS

Em pesquisa realizada por Mariz (2012), constatou-se um crescimento do número de sites de instituições arquivísticas estaduais na internet:

QUADRO 1: Distribuição dos sites das instituições arquivísticas estaduais por região do Brasil em 2004 e 2009

Região	2004		2009	
	sites		sites	
Sudeste	4	40%	4	44%
Sul	2	20%	3	34%
Nordeste	2	20%	-	-
Norte	1	10%	1	11%
Centro-oeste	1	10%	1	11%
Total	10		9	

Fonte: MARIZ (2012, p.99).

Para esta pesquisa fizemos um novo levantamento, e podemos constatar que hoje o número de sites não permanece o mesmo. O site do Arquivo Público do Estado do Pará não se encontra mais disponível na internet. Hoje, no ano de 2014, os sites constatados foram: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo do Estado de São Paulo, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público do Distrito Federal, Arquivo Público do Paraná, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Como destacado, nesta pesquisa coletamos os dados nos sites supracitados. Em breve análise, podemos constatar que, dentre os nove, alguns não possuem instrumentos de pesquisa *online* ou em base de dados e nem campos de busca que remetam às informações de caráter arquivístico. Isto será observado mais adiante.

5 A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: DO AMBIENTE TRADICIONAL AO REMOTO

5.1 CONCEITOS E O PANORAMA DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO ÂMBITO MUNDIAL

A descrição arquivística é a função que permite ao usuário a obtenção da representação das informações em um arquivo. Tarefa típica dos arquivos permanentes, ela é chave de entrada para se ter acesso aos conteúdos. Porém alguns estudiosos defendem a ideia de que os trabalhos de descrição podem se iniciar ainda nos arquivos correntes, através da contextualização das informações contida em planos de classificação.

Importante ressaltar o estreito relacionamento entre as funções de classificação e descrição. A primeira permite uma leitura contextualizada da informação, ao inseri-la no quadro de funções e atividades desempenhadas pela organização já nas primeiras fases documentais. Dessa maneira, o correto estabelecimento de um plano de classificação de documentos de arquivo contribui para a execução posterior da tarefa de descrição. (ÁVILA, 2011, p. 120)

As práticas descritivas existem há vários séculos. Segundo Bellotto (2006, p. 176), “Desde o século XIII, a arquivística registra a existência de inventários de documentos de várias comunas francesas.

Para Andrade e Silva (2010, p. 165):

A descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e conteúdo do acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época, além de habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas.

Tradicionalmente, as práticas de descrição arquivística vêm sendo atreladas à elaboração de instrumentos de pesquisa destinados aos arquivos permanentes. “[...] a descrição – a elaboração de guias, inventários, catálogos, índices e, esporadicamente, catálogos seletivos – é a função permanente nos arquivos de custódia, e feita por seus arquivistas especializados.” (BELLOTTO, 2006, p. 174). Ainda a mesma autora diz que: “O processo de descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados.” (BELLOTTO, 2006, p. 179).

Com o advento e uso das tecnologias as possibilidades de descrição se alastram, tornando-se insuficiente a relação da descrição somente aos instrumentos de pesquisa. Este aspecto será argumentado mais adiante.

Entendemos também que o instrumento de pesquisa é uma das formas pela qual os usuários conseguem ter acesso aos documentos/informações. Neste sentido, afirma Bellotto (2006, p.175): “Eles (os instrumentos de pesquisa) constituem as vias de acesso ao documento custodiado pelos arquivos permanentes, agindo como desencadeadores da pesquisa”.

Tomando como parâmetro o que foi explicitado, é visto que a partir do final dos anos 80 a comunidade arquivística internacional detecta a necessidade de elaboração de um instrumento normalizador para a atividade de descrição. Até então essa tarefa era feita obedecendo a operações extremamente básicas, não contemplando outros aspectos que também poderiam ser trabalhados. Coube ao Canadá, no ano de 1988, através do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), a iniciativa de elaboração de uma norma de descrição em nível mundial, apesar de outros dois países, Estados Unidos e Inglaterra, já terem tentado algo nesse sentido.

Em 1989, é criado no âmbito do CIA, uma Comissão formada por um grupo de especialistas de vários países na tentativa de elaboração da norma arquivística. Cinco anos depois, em 1994, a Comissão consegue publicar a norma intitulada de “Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística” - ISAD (G) - , abrangendo documentos de qualquer suporte e definindo elementos descritivos para o registro de informações.

Dois anos depois, é elaborada outra Norma internacional: A Norma Internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias, a ISAAR (CPF), complementar à primeira, e que regula a descrição do produtor. Em 1996 a Comissão transforma-se em Comitê de Normas de descrição (CND) e passa a contar com um representante brasileiro com o intuito de proceder à revisão da ISAD (G). A partir de então a Norma passa a ser divulgada, ainda que em pequena circulação, no âmbito brasileiro, e só em 1988 que, tanto a ISAD (G) como a ISAAR (CPF), passam a ganhar publicações advindas do Arquivo Nacional, ampliando sua difusão. (CONARQ, 2006).

É indiscutível que, as Normas internacionais trouxeram expressiva contribuição. Tanto que, anos depois, o Brasil, bem como demais países, também

se interessam por terem a sua própria norma específica para as necessidades dos arquivos do país. A criação, em 2006, da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) será explicitada no próximo subtópico.

5.2 PANORAMA DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO BRASIL

No Brasil, os trabalhos que envolveram a elaboração de normas de descrição deram início no ano de 2001, com a criação da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA) do Conselho Nacional de arquivos, que tinha como objetivo formular uma norma em nível nacional, que estivesse em conformidade com a ISAD(G) e ISAAR (CPF). O grupo reuniu-se várias vezes com o intuito de expandir o número de integrantes da Câmara e de ampliar a discussão acerca do tema por todo o Brasil. Finalmente, no ano de 2006 foi publicada uma versão preliminar da NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística - submetida à consulta pública. (CONARQ, 2006).

Fonseca V. (2001, p.2) aponta algumas características da descrição arquivística nas instituições no Brasil naquele ano, que, por sinal, são animadoras:

menor prolixidade, predominando descrições sumárias sobre aquelas analíticas; preocupação com uma melhor recuperação da informação, tanto em termos de nomes, assuntos, datas etc., o que redundou em iniciativas localizadas no sentido da elaboração de vocabulários controlados e tesouros e no recurso às normas biblioteconômicas de registro de nomes próprios; maior importância dada à produção de guias, com o objetivo de ampliar o acesso e permitir a elaboração de programas de trabalho das instituições; a utilização de computadores, ampliando as possibilidades de recuperação da informação e facilitando a criação de formatos padronizados de descrição.

Antes dessas iniciativas voltadas à criação de uma norma nacional a descrição nos arquivos era feita de maneira aleatória, ou seja, muitas instituições criavam seus próprios parâmetros de descrição, e algumas ainda tinham como base as normas internacionais já vigentes.

O objetivo da NOBRADE “consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava

importante, porém, de foro nacional.” (CONARQ, 2006).

Com um instrumento normalizador no Brasil, é possível a aplicação de normas de descrição mais adaptadas a sua realidade. Instituições arquivísticas no setor público fazem o uso da Norma, o que é relevante para evolução das práticas descritivas nos arquivos, notadamente, os de caráter permanente. Contudo esta Norma volta-se apenas para a descrição de documentos de caráter textual, não contemplando a descrição para outros tipos de documentos.

5.3 DOS MODELOS TRADICIONAIS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA ÀS NOVAS PERSPECTIVAS DE ESTUDO

Como já mencionado, os estudos sobre descrição têm se voltado para a produção de instrumentos de pesquisa, com a finalidade de controlar e dar acesso aos conteúdos arquivísticos. Os mais utilizados nos Arquivos públicos são o guia¹⁰, catálogo¹¹, inventário¹² e repertório¹³. Porém, diante de uma nova realidade, a das redes eletrônicas, essa perspectiva se torna insuficiente, principalmente, para a possibilidade de representação dos acervos arquivísticos na web.

Há vinte anos, Dollar (1994), trouxe em suas discussões os impactos que as novas tecnologias iriam trazer para o universo dos arquivos. Já era previsto diversas mudanças que implicariam diretamente no trabalho do arquivista.

Segundo ele tais impactos seriam: a mutabilidade da natureza da documentação, pois com a evolução tecnológica, surgem novos formatos de documentos, porém ainda prevalecendo o uso do papel; a mutabilidade da natureza do trabalho, em que o arquivista passa a lidar com as novas tecnologias

¹⁰ Guia: Instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos. (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p. 102).

¹¹ Catálogo: Instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica. (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p. 45).

¹² Inventário: Instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos. (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p. 109)

¹³ Repertório: Instrumento de pesquisa no qual são descritos pormenorizadamente documentos, pertencentes a um ou mais fundos e/ou coleções, selecionados segundo critérios previamente definidos. (ARQUIVO NACIONAL, 2006, p. 147).

de informação no seu cotidiano, possibilitando assim uma ampliação das possibilidades de transferência da informação; e, por último, as mudanças na tecnologia, no qual o profissional de arquivo deve estar envolvido constantemente com as inovações tecnológicas, para que não seja ultrapassado e para que seu trabalho não se torne obsoleto. (DOLLAR, 1994).

No Brasil, alguns estudos já têm se desenvolvido no sentido de ampliar as possibilidades de representação das informações arquivísticas. A primeira delas, e que vale referenciar nesse trabalho, é a visão inovadora lançada por Oliveira (2012). Ela inicia o capítulo três de sua obra com a seguinte afirmação:

A descrição arquivística tem sido apresentada na literatura da área de forma redutora em relação ao que de fato significa e representa, seja porque sua pertinência é tratada como restrita aos arquivos permanentes, seja porque é identificada com a própria elaboração dos instrumentos de pesquisa, ou seja, ainda porque mais recentemente, nas últimas décadas, está vinculada ao cumprimento de padrões que visam a elaboração de instrumentos de pesquisa ou dispositivos tecnológicos para acesso às informações sobre os acervos arquivísticos. (OLIVEIRA, 2012, p. 41).

A mesma autora ainda é defensora da ideia de que a descrição arquivística deve abarcar todas as fases do ciclo de vida dos documentos, começando com a elaboração do plano de classificação¹⁴ e da tabela de temporalidade.¹⁵ É entendido que, por meio das inter-relações entre os documentos já é possível se ter uma representação intelectual das informações. Ainda é argumentado que outro aspecto redutor sobre os estudos descritivos é que o elo existente entre descrição e instrumento de pesquisa deixa obscura outras funções da descrição, e, a principal delas seria o trabalho de reconstrução do contexto arquivístico, tarefa que relega a descrição arquivística como uma função de pesquisa. (OLIVEIRA, 2012).

Porém, este cenário redutor é atribuído ao próprio arquivista que:

contribuiu para a perpetuação da ideia de que a pesquisa não fazia parte de suas funções, visto que nunca houve uma preocupação do profissional com ampla divulgação dos resultados de suas atividades nesse campo, nem de opções metodológicas ou métodos adotados. (OLIVEIRA, 2012, p. 49).

¹⁴ Plano de classificação: Esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido. Expressão geralmente adotada em arquivos correntes. (ARQUIVO NACIONAL, 1996, p. 132).

¹⁵Tabela de temporalidade: Instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos. (ARQUIVO NACIONAL, 1996, p. 159).

É nesse sentido que Oliveira (2012) lança uma crítica no que se refere aos instrumentos normativos que visam à padronização da descrição arquivística, notadamente a ISAD (G). Para ela: “é impossível padronizar sem ferir a natureza do próprio trabalho e/ou do próprio arquivo.” (OLIVEIRA, 2012, p. 56).

Com todos esses aspectos, pode-se afirmar que a adoção de novos critérios para a elaboração de um programa descritivo é fundamental, ainda mais quando a descrição estiver voltada para acervos arquivísticos na web, em que as possibilidades de representação do conteúdo intelectual dos documentos aumentam e tomam novos sentidos. Guimarães e Silva (apud MARIZ, 2012, p. 31) pontuam outra observação sobre a representação da informação:

Apenas a existência física de documentos e a aparente disponibilidade não configuram a garantia de acesso pleno. Qualquer conotação negativa [atribuída] a questões formuladas pelo usuário ou não entendimento da informação transferida pode representar a criação de um obstáculo ao acesso.

Com base no argumento exposto, torna-se evidente outra questão a ser discutida nas novas perspectivas dos estudos: é a inserção e relevância do usuário no momento de representar a informação nos programas de descrição arquivística. Esta análise também é feita por Sá (2005), onde para ela é necessário o Estudo dos Usuários para oferecer serviços na web que satisfaçam as suas necessidades.

Atualmente, com a capilarização da internet, a tendência é de que os serviços de informação arquivística passem, cada vez mais, a serem disponibilizados na Web, porém, ainda não foi pensada a pertinência da utilização do Estudo de Usuários como forma de contribuir para a identificação das necessidades de informação dos usuários virtuais. (SÁ, 2005, p.14)

Portanto, é preciso se pensar na pertinência dos estudos de Usos e Usuários voltados para os serviços de informações arquivísticas na internet, pois neste novo espaço de uso de transferência da informação “o usuário passa a estar mais autônomo em suas buscas e a figura do arquivista de referência não está tão presente como ocorre nos Serviços de Informação Arquivística tradicionais” (SÁ, 2005, p.110). Ou como mesmo afirma Cook (2007, p. 127): “[...] podemos atentar para a possibilidade – ou necessidade – de incluir em nossas descrições algumas informações fornecidas por usuários.”

Outra referência que se pode citar sobre o estudo de descrição arquivística voltado para o ambiente web é o trabalho de Andrade e Silva (2010), no qual pontua novas ferramentas voltadas para a descrição arquivística na web. Inicialmente foi utilizado para a representação da informação nos arquivos a tecnologia MARC, (*Machine Readable Catalogue*)¹⁶.

Frente à inadequação do MARC para codificação de informações produzidas por descrições arquivísticas multinível, os arquivistas buscaram soluções baseadas em tecnologias disponíveis e utilizadas na internet. Nesse contexto, foi desenvolvido o padrão Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD).¹⁷ (Haworth *apud* ANDRADE E SILVA, 2010).

Alguns estudiosos internacionais já trazem à tona a necessidade de adaptação das normas de descrição para a realidade do mundo virtual. Bruebach (2007, p.42) mostra a importância da realização de trabalhos descritivos voltados mais para o acesso, e não apenas para a qualidade das descrições dos conjuntos documentais.

Não são os conjuntos de alta qualidade que contam, mas a alta qualidade no acesso e serviços aos usuários, não apenas na sala de leitura presencial, porém também, através de seu complemento virtual. Isso irá definir as futuras estratégias de descrição, em direção a uma abordagem mais do geral para o particular, oferecendo descrições – em nível de fundo – claras, exatas e auto-explicativas, em um guia do acervo on-line, ao qual se acrescentaria, com o passar do tempo, novos instrumentos de pesquisa on-line. [...] A descrição de alta qualidade tem sempre que focar o acervo como um todo e não fundos individuais ou um único documento, e deveria seguir uma estratégia de acesso que ofereça aos usuários toda a informação que eles estão procurando com os instrumentos técnicos do momento.

O mesmo autor argumenta a necessidade de implementação de novos métodos no trabalho do arquivista, bem como as escolhas de prioridades, no qual abrangeria as reais necessidades dos usuários. Com o uso cada vez maior da

¹⁶O formato MARC foi desenvolvido na década de 60, pela Library of Congress (EUA) tendo como objetivo possibilitar o intercâmbio de registros de catalogação entre bibliotecas, a partir da informatização de seus serviços. O MARC organiza as informações fornecidas pela catalogação dos documentos de forma a serem lidas pelo computador, possibilitando a descrição bibliográfica de diferentes tipos de documentos, fazendo uso de estrutura de campos fixos e variáveis, subcampos e indicadores. (SOUSA et al, 2006, *apud* ANDRADE E SILVA 2010, p. 9).

¹⁷O EAD é um padrão criado para codificar dados descrevendo arquivos institucionais, corporativos e pessoais. O projeto foi iniciado pela biblioteca da Universidade da Virgínia, Califórnia sendo, atualmente, administrado pela Library of Congress – LC e pela Society of American Archivists – SAA, conjuntamente com instituições arquivísticas do mundo todo.

O formato EAD apresenta algumas características que possibilitam sua utilização pelas unidades arquivísticas: É independente de software e hardware; Reflete a ISAD (G); Permite a troca de dados arquivísticos; Facilita a conversão de instrumentos de descrição. (SOUSA et al, 2006, *apud* ANDRADE E SILVA 2010, p. 10).

Internet, novas relações surgem, principalmente entre descrição e acesso. Ainda é recomendado a utilização das normas ISAD(G) e ISAAR (CPF) para as descrições dos conjuntos arquivísticos, porém é a segunda que permite a reconstrução do contexto arquivístico, no qual para as redes eletrônicas significam importante facilitador de acesso aos usuários. (BRUEBACH, 2007).

Fox (2007, p.24), também traz em discussão a importância da utilização das normas nos arquivos. Segundo ele, “Como arquivistas, também precisamos alcançar uma maior normalização em nosso trabalho.”. Há muitas razões para a normalização arquivística, a mais importante seria, segundo ele, o atendimento às expectativas dos usuários, pois a utilização de padrões traz maior facilidade à pesquisa do que uma variedade de modelos, variando de país para país, e até mesmo de estado para estado.

Ainda é argumentado sobre a necessidade dos arquivistas aprenderem a lidar com as novas demandas dos usuários, onde os pesquisadores querem realizar suas pesquisas em ambiente *online*, e mais ainda, através de sistemas que possam se interligar, trazendo informações de diferentes instituições arquivísticas em um único sítio eletrônico, pois “com suas expectativas alimentadas por outras experiências na web, eles esperam por mais que metadados. Eles preferem ver os próprios documentos online.” (FOX, 2007, p. 25).

E, por último, o mesmo autor ressalta que, “o segredo do sucesso é produzir normas simples e básicas. [...] Deve-se resistir a essas tendências, em favor de diretrizes simples”. (FOX, 2007, p. 29). Nota-se com essa afirmação uma concordância entre Fox (2007) e Bruebach (2007), pois os dois autores defendem a ideia de que o mais importante é priorizar o acesso de uma forma mais ampla, sem inúmeros detalhes, que muitas vezes são desnecessários, e não atendem as expectativas dos usuários.

Cook (2007) argumenta sobre a necessidade de adaptação das normas para a descrições arquivísticas na Internet, e para ele isso gera problemas no momento da busca e insatisfação por parte dos usuários.

Parece provável que a introdução de descrições baseadas na tecnologia da informação levou ao aumento da redundância, por exemplo, na repetição de dados em níveis diferentes. Tal repetição, certamente, terá um efeito nas percepções dos usuários e pode de fato ser necessária como um meio de apresentar as complexas relações nos acervos arquivísticos. (COOK, 2007, p. 130).

Por meio de toda a fundamentação teórica exposta, podemos a partir desse momento buscar o alcance dos objetivos lançados nesse trabalho, no qual através da observação será feita a análise da situação da descrição arquivística nos sites dos arquivos públicos brasileiros.

6 ENTRE O VIRTUAL E O REAL: ANÁLISE DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS SITES DOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS

6.1 EM BUSCA DOS DADOS: AS POSSIBILIDADES DE BUSCA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS SITES DOS ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS

Os sites dos arquivos públicos estaduais são vistos como um espaço no qual o usuário tem a possibilidade de ter acesso à informação de maneira direta, sem a intervenção do arquivista, e sem se deslocar ao arquivo físico. Porém, para que isso se torne possível, as informações precisam estar dispostas de maneira simples e direta, atendendo suas expectativas e necessidades.

É neste momento que a função arquivística de descrição desempenha importante papel nas possibilidades de recuperação da informação. Também, como dito anteriormente, essa não parece ser uma realidade remarcada nos sítios eletrônicos dos arquivos públicos brasileiros, pois os usuários estão cada vez mais complexos em suas buscas, e portanto, atender as suas demandas não parece ser uma tarefa fácil.

Neste primeiro momento de coleta de dados, fizemos uma pesquisa nos sites dos arquivos públicos estaduais, no que se refere a descrição arquivística, ou seja, nas possíveis formas de busca e recuperação da informação. Para a realização dessa análise geral, foi elaborado e aplicado, seguindo os critérios da observação, um quadro descritivo, trazendo à tona os principais mecanismos de busca e recuperação na internet.

Com base na argumentação teórica exposta, podemos dizer que a descrição arquivística vai além da utilização de meros instrumentos de pesquisa para a recuperação da informação. E isso ainda é mais intenso quando se fala de instituições arquivísticas na internet, pois nesse espaço as possibilidades de recuperação da informação são vastas, desde que a utilização de tal ferramenta seja ampla.

Em análise aos sites dos arquivos públicos, podemos trazer várias informações sobre a descrição arquivística. O primeiro aspecto que vale destacar é que cada site observado possui uma estrutura de organização particular, refletindo desse modo, nos serviços que oferece aos seus usuários, inclusive nos de

descrição. Os aspectos analisados foram: a disponibilização no site de instrumentos de pesquisa *online*, a existência de campos de busca que permitam a recuperação da informação; e disponibilização de hiperlinks¹⁸ que permitam o cruzamento das informações dentro do acervo ou fora dele, pois como referenciando em outro momento, a contextualização das informações é de suma importância para a recuperação, tratando-se também de uma forma de descrição. Esses dados podem ser observados no quadro que se segue:

QUADRO 2: Possibilidades de busca e recuperação da informação nos sites.

SITES	INSTRUMENTOS DE PESQUISA					CAMPOS DE BUSCA	HIPERLINKS
	Guia	Inventário	Catálogo	Repertório	Outros		
APERJ	X		X				
APESP	X		X			X	X
APES	X	X	X			X	X
APM	X	X				X	X
APRDF							
APP	X		X			X	
APESC							
APERS	X					X	

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

6.2 ANÁLISE ESPECÍFICA: AVALIANDO INDIVIDUALMENTE A EFICÁCIA DA RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS SITES DO ARQUIVOS PÚBLICOS ESTADUAIS

Para fins desta pesquisa, a eficácia da descrição está relacionada com a capacidade (qualidade) que cada site tem de propiciar a busca e recuperação da informação arquivística, proporcionando o acesso simples e rápido. De acordo com alguns dos aspectos teóricos que foram trazidos em outro momento, foram

¹⁸Para esta pesquisa, considera-se “hiperlinks” quando se tem uma informação de natureza descritiva que remete a outra informação também descritiva.

indicados parâmetros que poderão ser considerados como indicadores de uma descrição eficaz ao acesso remoto.

- a) **Parâmetro 1:** prioridade que os sites dão em disponibilizar instrumentos de pesquisa que tragam informações gerais, neste caso, o guia, em detrimento de outros instrumentos que descrevam pormenorizadamente certos conjuntos ou itens documentais. De acordo com Fonseca (2011), Bruebach (2007) e Fox (2007);
- b) **Parâmetro 2:** capacidade que os sites dos arquivos públicos têm em lidar com a evolução tecnológica, fazendo com que seus serviços *online* estejam não só disponíveis, mas também acessíveis. Segundo Dollar (1994) e Guimarães e Silva (1996) (*apud* MARIZ, 2012);
- c) **Parâmetro 3:** capacidade em que os sites têm em disponibilizar aos usuários as novas possibilidades de busca e recuperação da informação, através da utilização de mecanismos de busca, tais como acesso a hiperlinks e inserção de palavras-chave em campos de busca, permitindo dessa forma a reconstrução do contexto arquivístico. De acordo com Bruebach (2007) e Oliveira (2012);
- d) **Parâmetro 4:** a não repetição de dados sobre um mesmo conjunto documental. Conforme afirma Cook (2007);
- e) **Parâmetro 5:** descrição baseada nas normas de descrição arquivística, tanto nacional como internacionais. De acordo com Bruebach (2007) e Fox (2007).

Baseado em tais parâmetros, pode-se a partir desse momento fazer uma análise individualizada de cada site, no que diz respeito a descrição. A seguir segue a análise:

- **Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)** –No site deste arquivo foram detectados a existência e disponibilização de dezoito fundos descritos. Todos obedecem as normas de padronização da ISAD (G). Dentre os serviços dispostos no site, que são apenas a descrição dos fundos e disponibilização *online* de outros instrumentos de pesquisa, foi percebido que o APERJ consegue disponibilizar o acesso as informações arquivísticas naquilo em que se propõe. Quanto à utilização de mecanismos de busca e de disponibilização de hiperlinks, este site não fornece esses serviços aos seus usuários. Também não fora

constatada a repetição de dados, o que gera duplicidade de informação, podendo causar dificuldade ao usuário no momento da busca das informações. Pode-se considerar que os serviços oferecidos, de uma forma geral, são eficazes no que é proposto no site, atendendo ao segundo parâmetro.

Bem-vindo!

Este é seu canal on-line com o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Siga-nos no [Twitter](#).

Assista o vídeo dos 80 anos do APERJ.

Instituição

- Sobre a instituição
- Histórico
- Instalações
- Localização
- Quem é quem
- Estrutura
- Relatório Anual de Atividades
- Extratos de Convênios
- Visita Guiada

Acervo

- Sobre o acervo
- Temas
- Guia de Fundos
- Documentação Textual
- Documentação Especial
- Biblioteca

Apoio à pesquisa

Publicações

Gestão de Documentos

Guia de Fundos

O Guia de Fundos permite um conhecimento preliminar e geral sobre o acervo. Auxilia o usuário a estruturar sua pesquisa a partir do tema geral do seu interesse.

Entre os elementos que compõem o Guia, destacamos:

- Título: denominação do fundo;
- Data-limite: período em que o fundo está inserido;
- Dimensão e suporte: quantificação por suporte (textual, fotografias, mapas, plantas etc.);
- História Administrativa: atos legais de criação, reformas e extinção de órgão produtores de arquivos, para que o pesquisador tenha noção do contexto em que os documentos foram produzidos;
- Conteúdo: resumo das principais informações como tipo documental, assuntos, locais e datas;
- Acesso: informa a legislação que normatiza a consulta;
- Instrumentos de pesquisa: indicação de guias, inventários e catálogos que fornecem informações sobre o conteúdo.

ÂNGELA BORBA
CASA DE DETENÇÃO DO RIO DE JANEIRO
DANIEL AARÃO REIS FILHO
JAIR FERREIRA DE SÁ
JEAN MARC VAN DER WEID
CONSELHO ULTRAMARINO – BRASIL/ CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO
DELEGACIA ESPECIAL DE SEGURANÇA POLÍTICA E SOCIAL
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO DA GUANABARA
DEPARTAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
DIVISÃO DE POLÍCIA POLÍTICA E SOCIAL
INSTITUTO PENAL CANDIDO MENDES
MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS
POLÍCIAS POLÍTICAS DO RIO DE JANEIRO
PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO
PRESIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

www.aperj.rj.gov.br/g_danielaarao.htm

Área de identificação

Código de referência BR RJAPERJ DAR

Título Daniel Aarão Reis Filho

Data(s) 1931 - 1989

Nível de descrição Coleção

Dimensão e suporte Textuais 2,73 m

Área de Contextualização

Biografia Colecionador - Reis Filho, Daniel Aarão

Nascido em 26 de janeiro de 1946 no Rio de Janeiro, o doador, é historiador e Doutor em História pela Universidade de São Paulo, onde obteve o título com o trabalho "As organizações comunistas e a luta de classes no Brasil - 1961/1968". Atualmente é Professor Adjunto de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense, tendo publicado vários trabalhos.

Sua militância política iniciou-se em 1965, quando ingressou na Dissidência Guanabara do Partido Comunista Brasileiro, permanecendo até 1969. Neste ano passou a fazer parte dos quadros do Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores a partir de 1980, onde permanece como dirigente até os dias atuais.

História arquivística Acervo coletado durante o processo de levantamento das fontes para a pesquisa acadêmica do doador, que colecionou documentos de instituições e pessoas que guardavam parte da história das organizações de esquerda no Brasil, montando o acervo que compõe esta coleção. Por algum tempo, esses documentos estiveram em seu escritório, sob sua guarda e à disposição de todos aqueles que se interessassem pelo

- Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)** – Quanto à disponibilização de instrumentos de pesquisa, o site possui um guia geral. A pesquisa neste guia é feita através do preenchimento de campos de busca (pode-se fazer a busca escolhendo o tema da pesquisa – que já é sugerido – ou pela inserção de palavras-chave). Dependendo do tema escolhido ou das palavras-chave, é exibida a descrição detalhada do que foi pesquisado. Pode ser a nível de fundo, grupo, série ou coleção. Portanto, o site permite o conhecimento do acervo de uma forma geral, de todos os conjuntos documentais existentes no arquivo, e não apenas de alguns, como foi verificado em outros sites. Isso é importante, pois não é indicado que se disponibilize apenas certas informações, pois o usuário muitas vezes tem necessidade específica de informação e, portanto, nem sempre o arquivista irá saber o que o usuário porventura busca. A descrição em todos os níveis é baseada na NOBRADE. Na área de descrição “pontos de acesso”, em alguns conjuntos documentais, é mostrado ao pesquisador links que trazem outras descrições em outros níveis que remetem ao fundo escolhido, fazendo com que haja cruzamento de informações descritivas, e por isso considera-se a existência de hiperlinks neste site. Quanto à capacidade que o site têm de lidar com o uso de mecanismos tecnológicos, pode-se verificar que para

os serviços de descrição a obtenção das informações se dá de forma simples e eficaz, pois além de disponibilizar a informação que o usuário requer, ainda permite levá-lo a outras possibilidades de recuperação da informação, através dos hiperlinks e preenchimento de campos de busca. Desta forma, constata-se também a importância dada ao usuário, que muitas vezes espera de um serviço remoto o inter-relacionamento de informações como facilitador de acesso. Como a busca da informação é feita, em todos os casos, por meio do preenchimento de campos de busca com termos já proposto pelo site, não foi verificado repetição de dados sobre um mesmo conjunto documental, pois o site possui uma boa indexação dos assuntos.

Guia do Acervo

O Guia do Acervo representa o mais abrangente instrumento de pesquisa da documentação do Arquivo Público do Estado. Foi criado com a finalidade de ampliar e democratizar o acesso ao acervo. Em seus campos de busca, constam todos os dados necessários para a pesquisa dos documentos dos seus fundos, grupos, séries e coleções. O resultado final da busca no Guia são fichas que fornecem ao pesquisador, de forma clara e acessível, informações sobre todo o acervo custodiado pelo Arquivo, orientando a sua pesquisa.

Neste instrumento de pesquisa, estão relacionados fundos e coleções, organizados em 54 arquivos privados (conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições não-governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas, e que possuem uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação) e 62 arquivos públicos (conjuntos de documentos produzidos e acumulados por órgãos da administração pública do estado de São Paulo, entre autarquias, secretarias e fundações). Também constam no Guia do Acervo 54 conjuntos documentais já definidos no sistema de arranjo (processo de agrupamento de documentos do arquivo permanente, no qual prevalece o princípio da organicidade sobre o da produção dos documentos).

O arquivamento desses documentos produzidos pelos órgãos da administração pública remonta ao século XVI, e vai até os dias de hoje. As fichas do Guia foram preenchidas tendo como referência a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) e a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G). Novas informações e aprimoramentos serão acrescentados, através do trabalho contínuo dos setores técnicos desta instituição.

A pesquisa neste guia pode ser feita por meio de três mecanismos (veja o formulário abaixo):

- pela listagem completa dos títulos constantes no guia (Por exemplo, "Adhemar de Barros", ou "Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas",
- por data inicial e final,
- e por palavra-chave (por exemplo, "PRP", "imigração", "Revolução Constitucionalista de 1932").

Desejamos a todos uma boa pesquisa.

Escolha um filtro para a pesquisa

Título
Assembleia Legislativa

Ano Inicial Ano Final

ou digite a palavra-chave

Buscar Limpar

Resultado da Consulta

Título	Nível de Descrição	Arquivo	Data
Assembleia Legislativa	Fundo	Público	1835 - 1935 ver detalhes

Sistema de Arranjo:

Área de Condições de Uso

Condições de Acesso:

Condições de Reprodução:

Condições de Uso:

Idioma:

Instrumentos de Pesquisa:

Área de Fontes Relacionadas

Existência e localização dos Originais: C5255 a C5272, C6150 a C6153, C9728 a C9822.

Existência e localização das Cópias:

Unidades de Descrição: Departamento de Documentação e Informação, Divisão de Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Nota sobre Publicação:

Área de Nota

Nota sobre Conservação:

Notas Gerais:

Área de Controle e Descrição

Nota do Arquivista:

Regras ou Convenção: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. 2007. BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. ISAD(G): Norma Geral Internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia. 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDF: Norma internacional para descrição de funções. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1ª edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico/Conselho Internacional de Arquivos; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

Data da Descrição: 04 de agosto de 2009.

Data de Revisão/Atualização:

Área de Pontos de Acesso

Pontos de Acesso:

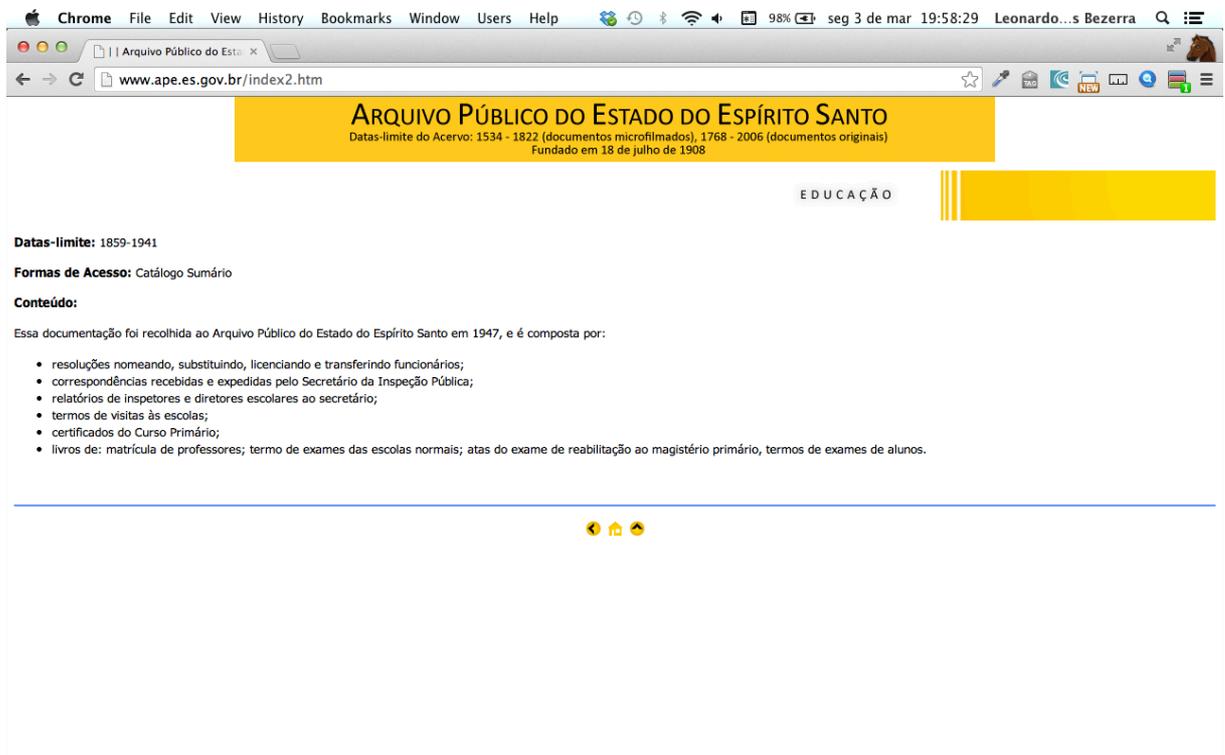
Sistemas de arranjo do fundo

[Cartas de Lei](#)

Arquivo Público do Estado de São Paulo

imprimir

- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APES)** - O site apresenta a existência de dezesseis fundos, públicos e privados, porém dois deles não apresentam informações, pois ainda não se encontram livres para consulta. Poucas informações são dadas sobre os fundos descritos, o que dificulta o conhecimento geral do acervo. Constatam-se também a disponibilização de informações descritivas de certos conjuntos documentais em detrimento de outros. Portanto, pode-se considerar que no site a prioridade dada ao usuário é frágil, principalmente no que tange as informações mais gerais. Na maioria dos casos, a descrição não está baseada nas normas, inclusive para os fundos documentais. Em algumas situações, os trabalhos de descrição foram elaborados antes da existência das normas, necessitando de uma atualização dos instrumentos de pesquisa, a fim de melhorar a recuperação das informações. Apesar de disponibilizar poucas informações descritivas no site, os serviços dispostos são de fácil acesso, ajudando de alguma forma no processo de busca.



Quanto à utilização de mecanismos de busca e de hiperlinks, constata-se que na página do projeto paralelo “imigrantes” na sua área principal possui campos de busca, que permitem ao usuário fazer uma pesquisa acerca de diversas famílias que ingressaram no território capixaba, bem como remete os assuntos buscados a outras informações de natureza descritiva. É uma base de dados, no qual possibilita a recuperação da informação de maneira simples. Não foi observada repetição de dados, pois as informações descritivas no site são poucas, dado o conjunto de fundos existentes no arquivo.

IMIGRANTES
ESPÍRITO SANTO

IMMIGRATION RECORDS OF THE STATE OF ESPÍRITO SANTO - BRAZIL
Ship's passenger list

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo 100^{anos}

HISTÓRICO | FAMILIAS | CIDADANIAS | ARQUIVO ITINERANTE | CONTRATOS DE COLONOS | RECENSEAMENTO DE 1920 | BUSCA NA ITÁLIA
PASSAPORTES | FÓRUM | GENEALOGIA | ESTATÍSTICAS | CAMINHO DO IMIGRANTE | BIBLIOTECA DIGITAL | HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES

1 Procure o seu sobrenome/família - digite as letras iniciais ou o sobrenome completo para filtrar.
 🇮🇹 Cerca il tuo cognome/famiglia - scrivi le lettere iniziali o tutto il cognome per filtrare.
 🇺🇸 Search your surname - type the its initials or the entire surname and click on "Filtrar" button to filter it.

Iniciais / Initials [última]

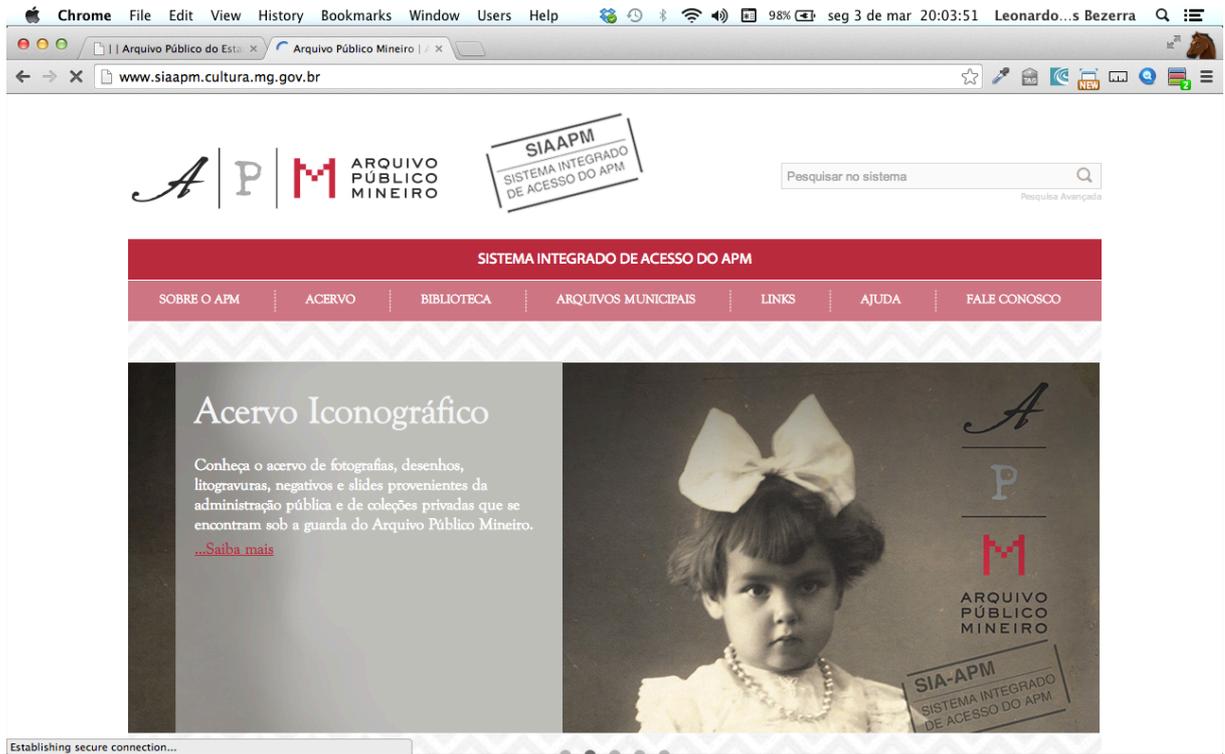
atualização: 29/05/13

Família / Family

2 Seleção o grupo familiar - clique em "Pesquisar" para verificar os imigrantes de cada grupo
 🇮🇹 Seleziona il gruppo di famiglia - clicca "Pesquisar" per vedere gli immigranti di ogni gruppo di famiglia
 🇺🇸 Select the surname - select it on combo box and click on "Pesquisar" button to find out.

3 Seleção o Imigrante - clique em "Pesquisar" para acessar a origem e outros dados do imigrante
 🇮🇹 Seleziona l'immigrante - clicca "Pesquisar" per vedere il paese di origine e altri datti dell'immigrante
 🇺🇸 Select the immigrant - click on "Pesquisar" button to get further informations about the immigrant.

- **Arquivo Público Mineiro (APM)** - O site deste arquivo é o único que tem em sua base de funcionamento um sistema integrado de acesso, o SIAAPM, cujo principal objetivo está na promoção de acesso rápido e fácil as informações e aos documentos através da internet. Ou seja, o site está completamente voltado a atender aos usuários remotos, colocando como evidência o pleno acesso. Com essa informação, pode-se dizer que o APM atende eficazmente aos parâmetros dois e cinco que foram descritos acima.



Quanto aos instrumentos gerais, o site disponibiliza ao usuário um guia de fundos e coleções, totalizando 83 acervos descritos. A descrição, além de seguir os padrões da NOBRADE, faz algo mais: cada fundo descrito possui campos de descrição extras. Por exemplo, “Arquivos relacionados” direciona o usuário a uma área onde se pode fazer uma pesquisa avançada, inserindo termos em campos descritivos, e observando as sugestões de busca. Além disso, o site dá instruções de como fazer a pesquisa, tanto para buscas simples, avançadas e detalhadas.